



## Universidades Lusíada

Silva, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da, 1958-

### Nota de apresentação

<http://hdl.handle.net/11067/7703>

### Metadados

<b>Data de Publicação</b>	2006
<b>Editor</b>	Universidade Lusíada Editora
<b>Palavras Chave</b>	Indulto - Portugal - História, Estabelecimento prisional - Portugal - Século 19, Estabelecimento prisional - França - Século 19, Guerra Mundial, 1939-1945 - Prisioneiros e prisões, Portugueses, Portugal - Política militar - Século 16, Alimentos - História - Portugal - Século 19, Medalhas - Portugal, Espanha - História - Guerra civil, 1936-1939, Bombardeiros - Espanha, Portugal - Relações externas - 1933-1974, Guerra Mundial, 1939-1945 - Portugal, Missões militares - Portugal, Monnet, Jean, 1888-1976 - Visão política e social, Condições militares - Portugal - História, Estados Unidos - Relações externas - História, Países da União Europeia - Política e governo - Opinião pública
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	Não
<b>Coleções</b>	[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 03 (2006)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-22T14:30:26Z com informação proveniente do Repositório

## NOTA DE APRESENTAÇÃO

*Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva*



O ano de 2001 é, sem dúvida, um marco na história contemporânea pois, a destruição das *Twin Towers* em Nova Iorque foi o toque a finados do optimismo do final do século XX. A “Queda do Muro de Berlim” em 1989 e a subsequente nova Primavera da Europa criaram a ilusão do triunfo de uma era de paz e tolerância que se traduziria no “Fim da História” de Francis Fukuyama<sup>1</sup>. Contudo, a violência emergiu de novo, de forma descontrolada, acompanhando o processo de globalização da economia e a revolução tecnológica a nível mundial. Os posteriores acontecimentos dramáticos, engendrados pelos atentados terroristas de Madrid, Londres e Bali, demonstraram que nenhum lugar da terra, nem nenhum povo estavam a salvo desta nova forma do terror. Colocaram na ordem do dia a necessidade de definir as políticas de combate a estas formas de actividade criminosa. O terrorismo internacional é apenas uma das múltiplas actividades características da mundialização dos finais do século XX e inícios do século XXI. As organizações especializadas no tráfico de pessoas, armas, drogas e na lavagem de dinheiro, são uma ameaça constante à segurança internacional. As respostas do poder político chocam com os limites indispensáveis à protecção dos indivíduos<sup>2</sup>. Surgiu assim um espaço de diálogo sobre o modo de lidar com estas novas formas de criminalidade sem destruir a liberdade individual nas sociedades democráticas. A reflexão sobre a repressão do crime e a punição do criminoso era um tema, objecto de ampla reflexão, desde o final dos anos 90 do século passado. O aparente sucesso do *Mayor*, Rudolph Giuliani, no combate ao crime na cidade de Nova Iorque, a partir de 1993, relançou o debate sobre as políticas penais e os sistemas prisionais existentes<sup>3</sup>. O pânico, provocado pelos actos terroristas, proporciona um reflexo securitário nas sociedades ocidentais que é acompanhado por um crescente medo face aos excluídos sociais do processo de globalização. O reforço das medidas de controlo policial e a reinvenção do tema das “classes perigosas” parece renascer nas políticas dos estados contemporâneos. Estes temas

---

<sup>1</sup> Cf. Gaddis, John Lewis, *The Cold War*, London/ New York, Allen Lane/Penguin Books, 2006, p.237-266 e também Ferguson, Nial, *The War of the World. History Age of Hatred*, London/New York, Allen Lane/Penguin Books, 2006, p. 596-646.

<sup>2</sup> Cf. Zakaria, Fareed, *O Futuro da Liberdade. A Democracia Iliberal nos Estados Unidos e no Mundo*, Lisboa, Gradiva, 2004, p. 115-191.

<sup>3</sup> Cf. Wacquanr, Löic, *As Prisões da Miséria*, Oeiras, Celta Editora, 2000, p. 1-67.

não são totalmente novos permitindo-nos através do conhecimento do passado obter uma visão da génese e desenvolvimento destas questões, confrontando-nos simultaneamente com as respostas específicas de cada sociedade.

O presente número da Revista *Lusíada - História* - contem um “Dossier” subordinado ao tema “Crime e Punição” do ponto vista histórico. O artigo de Maria Filomena Delgado, coloca-nos no centro desta problemática, ao abordar a questão do perdão das penas em Portugal no século XVII. As concepções das sociedades do Antigo Regime sobre a violação da lei e da repressão do criminoso permitem-nos fazer o contraponto das nossas sociedades marcadas pela revolução penitenciária dos finais do século XVIII e inícios do século XIX. O paradigma estadualista que fundamenta a relação dos cidadãos com o estado contemporâneo não tinha ainda triunfado e, conseqüentemente, a lógica das relações sociais não obedecia à abrupta separação entre o privado e o público. Segue-se um trabalho de Júlio Rodrigues da Silva em que se analisa a visão do Conde de Lavradio do sistema prisional francês nos primórdios da Monarquia de Julho, num momento de transição entre os modelos do *Ancien Régime* e os da Europa liberal de oitocentos. O artigo de Humberto Nuno de Oliveira coloca-nos perante as grandes tragédias do século XX, resultantes da emergência dos sistemas totalitários. Neste caso trata-se de focar a questão dos campos de concentração nazi, introduzindo informação original sobre a presença de prisioneiros portugueses. Num momento em que os acontecimentos de Guantánamo colocam de novo o problema da legitimidade dos campos de detenção é importante regressar às suas dramáticas origens.

A “Vária” conduz-nos numa viagem pela história nacional, mas situando-a face a uma Europa na qual a problemática inserção do nosso país está sempre presente. Numa época em que se debate a questão das reformas e a modernização do estado é importante recuar no tempo até aos finais do século XVI. O artigo de Gonçalo Couceiro Feio introduz-nos no universo das tentativas de D. Sebastião de modernizar as estruturas militares e as inevitáveis resistências senhoriais a este processo. Isabel e Paulo Drumond Braga fornecem-nos uma panorâmica dos hábitos alimentares da aristocracia de oitocentos. Este artigo elucida-nos igualmente sobre a estrutura económica de uma casa da nobreza e a sua inter-relação com as realidades sócio-culturais da época. Paulo Jorge Estrela conduz-nos a outra realidade do século XIX: a febre amarela de 1857. Ao analisar a medalha instituída para premiar a coragem dos que se distinguiram na luta contra a epidemia abordam-se igualmente os problemas relacionados com as concepções filantrópicas da época e o seu impacto na sociedade portuguesa. O artigo de J. Luís Andrade revisita o universo dos mitos relacionados com a guerra civil espanhola de 1936-1939, num momento em que se reabre o debate sobre esta questão a nível da historiografia internacional. Nuno Simão Ferreira analisa o posicionamento dos integralistas portugueses face à aliança com a Inglaterra na Segunda Guerra Mundial. Partindo de documentação original que se transcreve seguidamente faz uma apreciação das divergências deste influente grupo político com as concepções

de Salazar acerca da importância da Aliança Inglesa para Portugal. Duarte Branquinho relata-nos um acontecimento desconhecido ou, pelo menos, mal conhecido da historiografia portuguesa: as missões militares na Segunda Guerra Mundial. Neste caso descreve o envio de uma dessas missões à Frente Leste e a análise das suas consequências nas relações entre Portugal e os países do Eixo. O artigo de Isabel Baltazar refere a vida e a obra de Jean Monnet, um dos pais fundadores da Europa Comunitária, através da leitura das suas Memórias. Trata-se da análise de um documento histórico excepcional para compreender o século XX, vindo de um dos principais impulsionadores da construção europeia e, simultaneamente, um dos grandes visionários dos Estados Unidos da Europa. Na secção dos “Documentos” Humberto Nuno de Oliveira e Paulo Jorge Estrela publicam um decreto de D. Miguel criando a Cruz de Valor e Mérito, condecoração militar praticamente desconhecida da historiografia e da falerística nacional. As convulsões subsequentes ao final da Guerra Civil de 1828-1834 e o desfecho desfavorável aos miguelistas explicaram em boa medida este aparente esquecimento. As “Recensões Críticas” referem-se a dois livros que abordam a realidade histórica da União Europeia e dos Estados Unidos que afectam o nosso país.